



**SINDIPROL
ADUEL**

Jornal do Sindiprol | ADUEL

Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público de Londrina e Região

Setembro . 2013 | sindiproladuel.org.br

EDIÇÃO ESPECIAL

A Autonomia Universitária em jogo

A luta pela Autonomia Universitária no Paraná entrou em um novo patamar. Depois de um ano marcado por decretos antiautonomistas do Governo e manifestações em defesa da Autonomia, as reitorias se juntaram a Beto Richa (PSDB) para planejar um modelo de financiamento que eles chamam de "autonomia".

E o pior: sem efetuar qualquer debate com a comunidade universitária.

Páginas 2 a 5



CAMPANHA SALARIAL Ainda falta o incentivo por titulação

A suposta dificuldade financeira do Estado serviu de pretexto para que o Governo adiasse a efetivação do incentivo por titulação, proposta considerada viável pelo próprio Governo em 2011. Na próxima reunião entre sindicatos docentes e o novo Secretário de Ciência e Tecnologia, João Carlos Gomes (PSDB), será abordado o cumprimento da segunda parte do que se acordou no GT de 2011, mas, ao que tudo indica, os professores terão que se mobilizar mais uma vez para fazer o Governo cumprir suas promessas.

Página 6

ADnuesp vêm à UEL para discutir Autonomia das IES paulistas

Página 8

ARTIGO

As Universidades paranaenses e os gastos do governo

A cada final de mandato, os mesmos governos que acusam as universidades de serem um peso no orçamento autorizam a criação de novos cursos, novos campi, novas universidades, na tentativa de se perpetuarem no poder fazendo sucessores.

Página 7

Autonomia será tema de Congresso do Sindiprol/Aduel

Página 8

Nota conjunta dos sindicatos do PR sobre proposta de "autonomia" do governo

Página 8

Luta pela Autonomia entra em outro patamar

Com decretos antiautonomistas e a omissão das Administrações na defesa da Autonomia, professores, funcionários e estudantes fizeram luta unificada para enfrentar Governo



Desde o início deste ano, o governador Beto Richa (PSDB), por meio de uma enxurrada de decretos, colocou em prática o plano de transformar as universidades em meras repartições públicas, arrebatando definitivamente a Autonomia assegurada pelas constituições Estadual e Federal.

No dia 18 de março foi publicado no Diário Oficial do Estado o decreto 7.599, que dava ao Governo controle total sobre as finanças das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES). O decreto submetia todas as atividades administrativas e financeiras das universidades à aprovação prévia do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado, criado pelo mesmo ato, formado por secretários, presidido por Beto Richa e que teria a função de “deliberar previamente sobre a conveniência e oportunidade dos atos que impliquem a efetivação de despesas” (trecho do decreto 7.599).

Além disso, o artigo 10º do decreto 7.599 ainda obriga as reitorias da UEL, UEM, Unioeste, Unicentro e UEPG a abdicarem da prerrogativa de rodar suas próprias folhas de pagamento, perdendo-se com isso o controle que hoje

as universidades têm sobre concessão do TIDE, progressão de níveis e licenças, que passariam a depender da boa vontade e conveniência do Governo. A Unespar e a UENP já têm suas folhas rodadas pelo Governo e seus docentes sofrem com as restrições decorrentes da subordinação direta ao Estado. Na verdade, a transferência das folhas de pagamento para o sistema Meta4 já estava prevista num decreto anterior, de número 3.782 de 2011.

Reitorias omissas

Nenhuma reitoria das universidades paranaenses se insurgiu contra essas afrontas. Mais grave, porém, foi a omissão das administrações da UEM e UEL, que têm um instrumento valioso para defender a instituição: o acórdão de 28 de maio de 1992 proferido pelo Tribunal de Justiça do Paraná, que reafirmou a vigência do artigo 207 da Constituição Federal contra a intenção do Governo Requião de retirar a folha de pagamento

das universidades. Nem mesmo quando foram pressionadas pela comunidade universitária mobilizada estas administrações tomaram qualquer medida concreta para fazer valer a Autonomia.

Agora, entretanto, depois que o Governo anunciou a formação de um grupo de trabalho para formular uma proposta de financiamento nos moldes das universidades paulistas, podemos entender os motivos da omissão. A proposta de determinar um percentual fixo sobre a arrecadação do Estado para custeio das universidades – chamada pelo Governo de “autonomia” – interessa aos reitores, na medida em que retirará o Governo da administração direta dos recursos e fortalecerá a alta cúpula das IEES. Politicamente as administrações superiores ganham mais força, passando a representar o Governo dentro das universidades, como se depreende da defesa feita pelo reitor da UNESP em palestra



EXPEDIENTE

Jornal do Sindiprol/Aduel é uma publicação do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região - SINDIPROL/ADUEL.

sindicato@sindiproladuel.org.br
www.sindiproladuel.org.br

Jornalista Responsável:
Murilo Pajolla MTB 9845/PR
Impressão: Idealiza
Tiragem: 2.500 exemplares

Sede
Praça La Salle 83 - Jardim Canadá
CEP: 86020-510
Londrina - Paraná - Brasil
Fone: 43 3324-3995

Sub-sede Campus
Rodovia Celso Garcia Cid - PR445 Km 380 -
Campus Universitário
CEP: 86051-990
Londrina - Paraná - Brasil
Fone: 43 3328-4549

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Nilson Magagnin Filho
Vice Presidente:
Valdir Anhucci
1º Secretária:
Maria Inês Nobre Ota
2º Secretário:
Renato Lima Barbosa
1º Tesoureira:
Sílvia Alapanian
2º Tesoureiro:
Sinival Osório Pitaguari
Diretor de Comunicação:
Evaristo E. Colmán Duarte

SUPLENTE

1º Suplente:
Alcides J. Sanches Vergara
2º Suplente:
Ricardo Ralisch
3º Suplente:
Eliel Ribeiro Machado
4º Suplente:
Gilson Jacob Bergoc
5º Suplente:
Vanerli Beloti
6º Suplente:
João Vicente Hadich Ferreira

CONSELHO FISCAL

1º Conselheiro:
Otávio J. G. Abi Saab
2º Conselheiro:
Nelson Yasuo Fujita
3º Conselheiro:
José Mangilli Junior

SUPLENTE

1º Suplente:
Cristiano Medri
2º Suplente:
Taise F. C. Nishikawa
3º Suplente:
Alexandre Bonetti Lima

proferida na UEL (Leia na página 4).

Só a comunidade universitária se mobiliza em defesa da Autonomia

Para rejeitar o plano de destruição da Autonomia de Beto Richa e cobrar da Administração uma posição em favor da Universidade, docentes, funcionários e estudantes organizaram, no dia 27 de março, um ato de repúdio em frente à Reitoria da UEL. O ato foi seguido por movimentos em outras IIES, que também manifestaram seu descontentamento. No dia 17 de junho, o Governo recuou e retirou as universidades do âmbito do decreto 7.599, mas, ainda assim, mantendo inalteradas as outras formas de violação da Autonomia, como a necessidade de aprovação prévia para contratação de concursados e vigência do decreto 3.782 de 2011 que transfere a folha de pagamento para o Meta4.

Nos meses seguintes o Governo Beto Richa intensificou o ataque à Autonomia Universitária. Foi assim com a determinação do corte de 25% no orçamento de todas as secretarias e com a criação da Conta Única, que centralizou a verba das secretarias em uma superconta administrada pela Secretaria da Fazenda. No mês de julho, diversos decretos instituíram a suspensão do pagamento de substituições de férias e ausências legais, o corte nas horas extras e outras medidas.

A lista de episódios de ingerência externa na Universidade é extensa. Em 2011, a UEL foi impedida pelo Governo do Estado de abrir cursos de engenharia de Produção, Química e Mecânica, apesar de o Conselho de Administração ter aprovado a abertura. A universidade também foi empurrada para o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que promove a perigosa homogeneização da avaliação do desempenho das universidades, sem debate com a comunidade universitária.

A UEL convive ainda com a ingerência direta do Tribunal de Contas do Paraná, que se infiltra na gestão cotidiana da Universidade, sem qualquer resistência da Administração ou dos conselhos. Também fica, assim como as outras universidades, sob os critérios de avaliação da CAPES, que submete todos os docentes a uma rotina produtivista e a um método puramente quantitativo para

*Professores,
funcionários
e estudantes
participaram
do Dia de
Luta pela
Autonomia*



avaliar a produção acadêmica.

Comissão da Autonomia

Reagindo à manifestação da comunidade universitária, que repudiou as medidas antiautonomistas, o Conselho Universitário da UEL aprovou, no início de abril, posicionamento contrário aos decretos e criou uma comissão para levantar todas as formas de restrição à Autonomia e elaborar um plano para enfrentar a situação.

A comissão tem sete membros titulares e outros sete suplentes, que representam o Conselho de Administração (CA), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), a Reitoria, a comunidade externa, docentes sem vinculação à Administração, funcionários técnico-administrativos e estudantes.

Movimento unificado e 30 de agosto

No dia 9 de agosto foi realizada a primeira reunião do movimento unificado da UEL pela Autonomia, que representou a aliança política de docentes, funcionários e estudantes com o objetivo de combater todas as formas de violação da Autonomia Universitária. O movimento aprovou um calendário unificado de lutas, que contou com assem-

bleias das três categorias e uma assembleia unificada - a primeira em 12 anos - que lotou a sala de eventos do CCH com cerca de 250 pessoas.

O objetivo das assembleias foi organizar o Dia de Luta pela Autonomia - 30 de Agosto, quando a UEL parou para marchar em defesa da Autonomia. Professores, estudantes e funcionários percorreram todo o campus da UEL alertando a comunidade universitária sobre o plano antiautonomista de Beto Richa. A manifestação chegou a reunir mais de 350 pessoas. O grupo terminou o protesto na Concha Acústica, onde se juntou com outros trabalhadores que também estavam se manifestando.

O movimento unificado continua se reunindo às sextas-feiras, às 17h, na sede da Assuel, para organizar as próximas ações e aguarda a conclusão do projeto elaborado pela Comissão do CU para iniciar um debate amplo com toda a comunidade universitária e avançar na defesa da Autonomia.

*Depois de 12 anos:
primeira assembleia
unificada, convocada para
organizar o 30 de agosto*



Reitor da UNESP veio à UEL para defender modelo das universidades paulistas

Governo do Paraná ataca sistematicamente as universidades, mas as reitorias se juntaram a Beto Richa (PSDB) para planejar um modelo de financiamento que eles chamam de “autonomia”

No dia 27 de agosto o professor Julio Cezar Durigan proferiu palestra no CCH sobre o modelo de financiamento das universidades paulistas a convite da Reitoria da UEL.

Durante esse evento, a Reitora informou que, no dia anterior, o professor Durigan fez a mesma apresentação diante do governador do estado do Paraná, que teria determinado a formação de um Grupo de Trabalho encarregado de elaborar uma proposta semelhante para as universidades paranaenses.



Ao que parece, a determinação do Governo seria tão firme que já se fala até em prazos para implantação da proposta: primeiros meses de 2014 de modo a entrar em vigência no orçamento de 2015.

Uma afirmação do reitor da Unesp, entretanto, causa certa estranheza. Ele teria dito ao governador que a proposta – que ele chama de autonomia – interessa por igual ao Governo e às universidades, e por isso não vê razão para o modelo não ser implantado.

Esta afirmação envolvendo um Governo que não faz outra coisa senão atacar a Autonomia Universitária, inclusive o seu financiamento e gestão, denota que o reitor da Unesp não conhece o estado do Paraná. Ou, então, que está falando de outra coisa, pois, por aqui, a realidade é exatamente oposta. O governo ataca a Autonomia e tenta transformá-la num apêndice do Palácio do Iguaçu para fazer valer os seus interesses particulares, limitando a capacidade da Universidade de cumprir seus objetivos.

O financiamento das paulistas

Desde 1989, quando o então governador de São Paulo Orestes Quércia determinou essa sistemática por meio de um decreto, a USP, a Unicamp e a Unesp recebem um percentual do ICMS (Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e prestação de Serviço) do estado de São Paulo para dividir entre as três instituições.

Dessa forma, o Governo se retira da negociação cotidiana de gestão de pessoal (salários, carreira, etc.) e custeio e transfere às reitorias o desgaste de dividir os recursos. De acordo com a apresentação do Professor Durigan, hoje o percentual destinado às universidades é de 9,57% do ICMS.

Este percentual, entretanto, é destinado às universidades por meio de um decreto, que precisa ser renovado ano a ano, o que sempre provoca apreensões entre as autoridades devido às resistências frequentes por parte do Governo e da Assembleia Legislativa. Ademais, nesse montante está incluído o pagamento das aposentadorias dos servidores e professores das universidades.

Contudo, em que pese eles chamarem este sistema de “autonomia”, a nomeação dos reitores continua sendo uma prerrogativa do Governador do Estado não contestada pelas universidades paulistas. Pelo contrário, no caso do Professor Durigan, foi enfaticamente defendida como “direito do governador” decorrente do princípio da “hierarquia”.

O que é e o que não é Autonomia

Na sua apresentação o reitor enfatizou uma ideia que tem sido veiculada com muita frequência no meio universitário: a de que autonomia não é soberania. Esta formulação se coloca em geral para justificar as restrições à democracia interna e necessidade de controles exter-

Para o reitor da Unesp, Professor Julio Cezar Durigan, Autonomia Universitária significa submissão hierárquica ao Estado e aos órgãos de controle (imagem: blog.fct.unesp.br)

nos sobre a comunidade universitária.

A perspectiva autoritária desta ideia foi explicitada na apresentação do próprio professor Durigan, quando especificando o conteúdo do que ele denomina como “autonomia não é soberania”, detalha os seguintes componentes da “autonomia”: **Obediência** às leis maiores: Estado ou País, **Submissão** aos Órgãos Controle e **Submissão** Hierárquica ao Estado. (Da apresentação do Professor Durigan, link: inwww.abruem.org.br/foruns/52/palestras/autonomia.ppt) [destaque nosso].

Quando se define autonomia pela “**obediência e submissão**”, queiramos ou não, estamos nos afastando daquilo que a universidade – desde o século XI – sempre tentou afirmar como seu componente essencial. Mas, na sequência, o reitor da UNESP avança na explicitação de sua ideia “autonomista” afirmando que: *“Uma universidade é autônoma não quando se solta do Estado ou da Sociedade, mas quando incorpora a si – como questões suas – as demandas, expectativas ou pressões do Estado e da Sociedade, sem ser tolhida por elas, mas, ao contrário, sabendo se valer delas para se afirmar como instituição. Não se trata portanto, nem de autossuficiência, nem de fechamento, mas de uma radical e específica forma de se abrir para o exterior”*.

Ou seja, não apenas continua sendo um apêndice do Estado (“não se solta do estado”) como incorpora as “demandas” e “pressões” deste. Quer dizer, o que ele define como autonomia é exatamente o oposto da ideia de Autonomia.

Em contrapartida, o Tribunal de Justiça do Paraná em 1992 confirmou no acórdão que manteve a Autonomia das universidades uma ideia totalmente diversa: *“O intuito do Constituinte foi, exatamente, assegurar às universidades a autonomia necessária para que sejam atingidos os princípios também constitucionais, alusivos à educação. Retiram as universidades dos azares e percalços atinente à administração pública, reservando-lhes papel que extrapola as normas do serviço público resguardando-as da submissão a concepções de um momento político determinado e passageiro.”* (Revista da ADUEL, Setembro de 2003). E taxativamente escreveram: *“Autonomia quer dizer faculdade de governar a si mesmo ou autogoverno”* (idem). Num entendimento cristalino do sentido incorporado ao

preceito constitucional.

Reitores alinhados com governo e estímulo à privatização

Nas definições elaboradas pelo reitor da UNESP encontramos as pistas para entender o conteúdo da proposta que as reitorias paranaenses, junto com o governo Beto Richa, tentarão implantar no Paraná.

Em troca de recursos determinados por algum instrumento legal (percentual sobre algum imposto ou arrecadação) se manterá a **submissão e obediência** às demandas e pressões do Governo, acrescentadas às demandas e pressões da “sociedade” – eufemismo com que se designa os interesses do mercado, das empresas e corporações. Ou seja, a combinação de subordinação às políticas do Governo com o estímulo à privatização. Tal como ocorre nas universidades paulistas, onde a farra das fundações privadas tem se tornado um escândalo de proporções monumentais.

Não há Autonomia sem democracia

O modelo que está sendo proposto para o Paraná, espelhando-se no das universidades paulistas, carrega muitos perigos. Não se pode imaginar que, pela determinação de um percentual, magicamente se resolverão os problemas das IEES. As restrições à Autonomia ultrapassam muito as de caráter financeiro. Existe uma parafernália jurídica e administrativa que engessa o livre desenvolvimento das finalidades de uma universidade. Mais do que isso, prevalece uma orientação privatista e produtivista que inibe a liberdade de pensamento e manifestação.

O enfrentamento desses problemas passa, antes de tudo, pela ampliação da democracia na universidade e pela deliberação de tudo que é essencial à vida acadêmica e política na base, centros e departamentos. Nesse sentido também é importante conhecer a experiência das universidades paulistas para avaliar até onde se avançou ou retrocedeu na democracia universitária nesse anos posteriores ao decreto de Orestes Quércia.

O Sindiprol/Aduel convida os docentes de sua base - UEL, FECEA e Uenp - para o debate com o Professor João Chaves, presidente da ADunesp, que discutirá o outro lado da autonomia da Unesp. Será na próxima quinta-feira (19) às 10h na Sala de Eventos do CCH.

As restrições à Autonomia ultrapassam muito as de caráter financeiro. Existe uma parafernália jurídica e administrativa que engessa o livre desenvolvimento das finalidades de uma universidade.

Ainda falta o incentivo por titulação

Além disso, categoria deve permanecer mobilizada para garantir recebimento dos 7,14% em outubro

Em meados de 2011, o Grupo de Trabalho (GT) formado pela SETI, pelos reitores e pelos sindicatos docentes do Paraná foi concluído com duas recomendações. A primeira foi a implantação da equiparação salarial com os funcionários técnico-administrativos de nível superior, que já foi transformada em lei no ano passado e cuja segunda parcela deverá ser paga neste mês de outubro. A segunda recomendação, pendente até agora, é o aumento no incentivo por titulação de 20% para 45% para especialistas, de 45% para 70% para doutores e de 75% para 100% para mestres.

A primeira audiência para tratar do tema entre sindicatos e o então titular da SETI, Alípio Leal, foi realizada em abril deste ano. A reunião foi marcada pela discussão sobre Autonomia Universitária e terminou com o então secretário jogando a discussão sobre o incentivo por titulação para o GT. O professor Leal ainda fez questão de ressaltar que o governo não abriria mão de incluir as universidades no sistema de Recursos Humanos do Governo, o Meta4, tirando delas o direito de rodar suas próprias folhas de pagamento.

Dois meses depois, durante a segunda audiência sobre o aumento do incentivo por titulação, o Governo apresentou um estudo de impacto financeiro da medida. Acordou-se, então, que uma nova reunião seria feita com todos os membros do GT - sindicatos, reitores e SETI -, reunião que ainda não foi convocada.

A suposta dificuldade financeira do Estado serviu de pretexto para que o Governo adiasse a efetivação do aumento do incentivo por titulação, proposta considerada viável pelo próprio Governo em 2011. Na próxima reunião entre sindicatos docentes e

o novo Secretário de Ciência e Tecnologia, João Carlos Gomes (PSDB) será abordado o cumprimento da segunda parte do que se acordou no GT de 2011. Mas, ao que tudo indica, os professores terão que se mobilizar mais uma vez para fazer o Governo cumprir suas promessas.

Data-base: Governo tentou lucrar às custas do funcionalismo

No início de junho o Governo propôs dividir em duas parcelas mensais a revisão anual da inflação, que em 2013 ficou 6,49%. A proposta significaria, para além de um perigoso precedente para os reajustes futuros, um enriquecimento sem causa ao tesouro, em detrimento dos servidores públicos, na ordem de aproximadamente 70 milhões de reais, de acordo com a justificativa que

consta do PL assinado por Beto Richa. Para se justificar, a titular da Secretaria de Administração e Previdência (SEAP), Dinorah Portugal, deu a velha desculpa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para efetuar o parcelamento. Porém nem a LRF,

criada com o objetivo claro de estrangular o funcionalismo público, impede a implantação do reajuste anual, nem mesmo depois de ultrapassado o limite prudencial de 46,55% de gastos com folha de pagamento em relação à receita corrente líquida.

Em assembleia docente, a categoria avaliou que o parcelamento do reajuste anual configurava uma perigosa afronta ao direito do trabalhador de ter as perdas salariais compensadas. O Sindiprol/Aduel participou, no dia 20 de julho, da manifestação em frente ao Palácio Iguaçu contra o parcelamento, juntamente com servidores de todo o Paraná.

Ao reunir-se com os sindicalistas, o vice-governador, Flávio Arns (PSDB), disse

que não desistiria do parcelamento. Para se contrapor ao Governo, a diretoria do Sindiprol/Aduel, juntamente com a Assuel e demais sindicatos que compõem o Fórum das Entidades Sindicais do Paraná, encontraram-se em ainda em julho com alguns deputados na Assembleia Legislativa (Alep).

A pressão sobre a Alep funcionou e, com as galerias lotadas de servidores públicos, a bancada de oposição colheu assinaturas da maioria dos deputados presentes, que referendaram o pleito dos sindicatos. A mobilização resultou em uma vitória, e a resistência foi essencial para impedir que o Governo parcelasse a revisão. No fim do mês, Beto Richa encaminhou à Alep um Anteprojeto de Lei que instituiu a revisão anual de vencimentos em parcela única com percentual de 6,49%.

Alerta de outubro: 2ª parcela da equiparação salarial

O Governo Beto Richa, por meio dos seus secretários, vem há tempos justificando o endurecimento nas negociações salariais com a alegação de má saúde financeira e a ultrapassem do limite prudencial da LRF. Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, o Chefe da Casa Civil, Reinold Stephanes deixou claro que vai atacar ainda mais as universidades sob o pretexto de equilibrar as contas do Estado: “De acordo com o secretário [chefe da Casa Civil, Reinold Stephanes], os gastos com pessoal no Paraná superam o limite legal por causa das universidades estaduais”, lê-se em matéria publicada no dia 9 de julho.

A posição do Governo anuncia a perigosa possibilidade de ele não cumprir a segunda parcela de 7,14% da equiparação salarial programada para outubro. O PL 419/2012, que estabelecia o reajuste de 31,73% em quatro parcelas anuais de 7,14% foi aprovado pela Alep e se transformou em Lei em agosto do ano passado. Mesmo assim, o Sindiprol/Aduel está atento ao assunto e acredita que os docentes devem se manter mobilizados para garantir o cumprimento da lei.

As universidades paranaenses e os gastos do governo

A cada final de mandato, os mesmos Governos que acusam as universidades de serem um peso no orçamento autorizam a criação de novos cursos, novos campi e novas universidades, na tentativa de se perpetuarem no poder fazendo sucessores

As manifestações do governador do Estado, Beto Richa, e de seus secretários mais próximos como Reinhold Stephanes, da Casa Civil, e Luiz Carlos Hauly, da Fazenda, acerca dos custos das Universidades Estaduais para os cofres públicos do Paraná têm sido recorrentes. Eles sempre argumentam que o Paraná arca com uma responsabilidade que é da esfera do Governo federal e que os custos com o ensino superior são muito altos.

Em recente matéria, o Boletim do Sindiprol/Aduel chamava atenção para a afirmação do Secretário da Casa Civil de que eram as IES públicas do Paraná as responsáveis pelos gastos com pessoal terem superado o limite legal no Estado (o texto completo está no site do Sindiprol/Aduel, na subseção “Boletins” sob o título de “Sindiprol/aduel inicia campanha em defesa da Autonomia”). O Governo entende que o Paraná “sustenta” sete universidades (Jornal de Londrina, 10 de maio 2013, pg 10), além de três hospitais universitários.

Das tentativas de tornar as IES públicas paranaenses nas vilãs dos gastos do Governo às ameaças de federalização das mesmas, passando pelas propostas de privatização até chegar às costumeiras dificuldades criadas para reposição de pessoal e às exigências de ampliação de vagas sem ampliação de pessoal, chega-se enfim à justificativa de cortes de recursos. Tudo isso já vimos mais de uma vez sob vários governos, principalmente os do PSDB.

Vale lembrar que na década de 1970 as universidades públicas levaram a presença

do Estado para o interior do Paraná, além de educação e saúde, levaram desenvolvimento, pesquisa de ponta e uma infinidade de serviços através das atividades de extensão. Geraram emprego, renda e formaram mão de obra qualificada.

A ocupação de amplos espaços do interior pouco desenvolvidos tinha função importante para a ditadura militar, que criou as universidades paranaenses sob a égide do acordo MEC-USAID, ou seja, para os governos as universidades públicas deveriam ser braços de seu poder.

Se os governos ainda pensam dessa maneira, em que pese já ter acabado a ditadura, é sinal de que eles desconhecem que as universidades possuem dinâmica própria, e até Autonomia, que lhes permite a produção de saberes de maneira livre e crítica. Os grupos que comandam o Estado sempre tentarão manter as universidades como apêndices e executores de suas diretrizes.

A cada ano que passa são reduzidos os percentuais de investimento nas universidades. Ao mesmo tempo, somos compelidos a ampliar o número de alunos e o volume de serviços prestados com um quadro de pessoal cada vez menor.

Em contrapartida, vemos que a cada final de mandato, os mesmos governos que criticam as IES, autorizam a criação de novos cursos, novos campi, novas universidades, na tentativa de se perpetu-

arem no poder fazendo sucessores. Utilizam as IES públicas como moeda de barganha política, sempre deixando aos sucessores os problemas gerados por esses inventos.

Quem não se lembra da criação e “descrição” da Unespar? E da criação e fechamento do curso de medicina da UEPG? A criação de cursos e campi sem infraestrutura é prática comum de vários governos.

O que parece um contrassenso é, na realidade, a utilização - atual e irresponsável - da estratégia escolhida há décadas, pelo Estado do Paraná, de interiorização e desenvolvimento do estado.

Os governos querem ser reconhecidos pelo investimento em educação, ciência, desenvolvimento tecnológico e tudo o mais que a população sabe que as universidades públicas representam, porém sem os gastos que isso implica.

Na década de 1970, quando as IES públicas paranaenses foram criadas, não se pensava que elas poderiam significar algo além de uma estratégia controlada de interiorização do Estado, um braço passivo do seu poder. Passadas quatro décadas os governos continuam pensando da mesma maneira.

por Silvia Alapáian, professora do Departamento de Serviço Social da UEL e diretora tesoureira do Sindiprol/Aduel

Quem não se lembra da criação e “descrição” da Unespar? E da criação e fechamento do curso de medicina da UEPG? A criação de cursos e campi sem infraestrutura é prática comum de vários governos.

O outro lado da Autonomia da Unesp

Na quinta-feira, 19 de setembro, o presidente da Associação Docente da Unesp (ADunesp), professor João da Costa Chaves Júnior, estará em Londrina. O objetivo é colocar em debate o impacto do modelo de financiamento das universidades estaduais paulistas na Autonomia e na democracia interna da Universidade. Será às 10h na sala de eventos do CCH. Participe!

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E DEMOCRACIA:

O outro lado da Autonomia da Unesp

19/09 | 10h | sala de eventos do CCH

Nota dos sindicatos do PR sobre proposta de “autonomia” do Governo

No último dia 26/8, o governador Beto Richa anunciou a criação de um grupo de trabalho para “avaliar a ampliação da autonomia administrativa e financeira das sete universidades estaduais do Paraná”. Sua ideia é estabelecer um percentual fixo da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para as universidades, a exemplo do que acontece com as universidades paulistas.

Ocorre que atualmente as universidades estaduais do Paraná vivem dificuldades estruturais graves e sem solução da parte do governo.

Faltam docentes efetivos nas sete universidades estaduais. Os concursos para reposição de professores não são realizados de acordo com as necessidades indicadas pelos departamentos e colegiados, e quando acontecem levam 1 ano para que os aprovados sejam contratados. Há universidades onde 1/3 do corpo docente é composto por professores

contratados temporariamente. Esta situação causa sobrecarga de trabalho para os docentes e prejudica o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto ao financiamento das universidades estaduais destacamos que os recursos destinados pelos governos desde 1997 tiveram queda percentual. Se tomarmos como referência o ICMS, veremos que o índice foi de 12,88% em 1997, declinou para 8,92% em 2002 (término do governo Lerner), baixou para 7,28% em 2004 (governo Requião), aumentou para o patamar de 10,32% em 2010 (governo Requião), e, em 2012, no governo Beto Richa, baixou e ficou em 9,89%.

Uma vez fixado um índice, concretiza-se a intenção do governo transferir todos os prováveis conflitos relacionados ao financiamento para o interior das instituições. Então haverá disputa entre as universidades e certamente qualquer equação para a divisão dos recursos será considerada injusta. Esta divisão nos jogará uns contra os outros porque

os recursos não serão suficientes para atender as reivindicações de professores, técnicos e estudantes. Diante deste quadro, os Sindicatos de Docentes das Universidades Estaduais do Paraná avaliam que a autonomia pretendida pelo governo tenderá a congelar esta situação de precariedade estrutural, insuficiência de professores e técnicos e escassez de recursos financeiros. Aumentará ainda mais a dificuldade para a criação de cursos, a contratação de docentes e técnicos, a consolidação da pós-graduação e outras ações da universidade postergadas há tempos como a construção de RUs e Moradias Estudantis.

Esta não é a Autonomia que queremos. Chamamos os professores, técnicos e estudantes para reafirmarem a necessidade de recursos para infraestrutura, assistência estudantil, salários e carreira, expansão dos cursos, enfim, para a manutenção e ampliação da universidade pública, gratuita, de qualidade e referenciada socialmente. (Leia o texto completo em sindiproladuel.org.br).

Curitiba, 7 de Setembro de 2013.

Adunicentro; Adunioeste; Sesduem; Sindunespar; Sindprol/Aduel; Sinduepg

Autonomia será tema de Congresso do Sindiprol/Aduel

O III Congresso do Sindiprol/Aduel já tem data marcada: 25 e 26 de outubro. O tema será “Autonomia Universitária” e o Congresso contará com delegados de todos os departamentos. O Congresso é o ór-

gão máximo de organização sindical dos professores da UEL, UENP e FECEA e deve ser realizado a cada dois anos.

Sua finalidade é analisar a situação específica da categoria, as con-

dições de funcionamento e desenvolvimento da sociedade brasileira, conjuntura política, econômica e social e deliberar sobre os objetivos estratégicos da categoria dentro do contexto nacional e internacional.